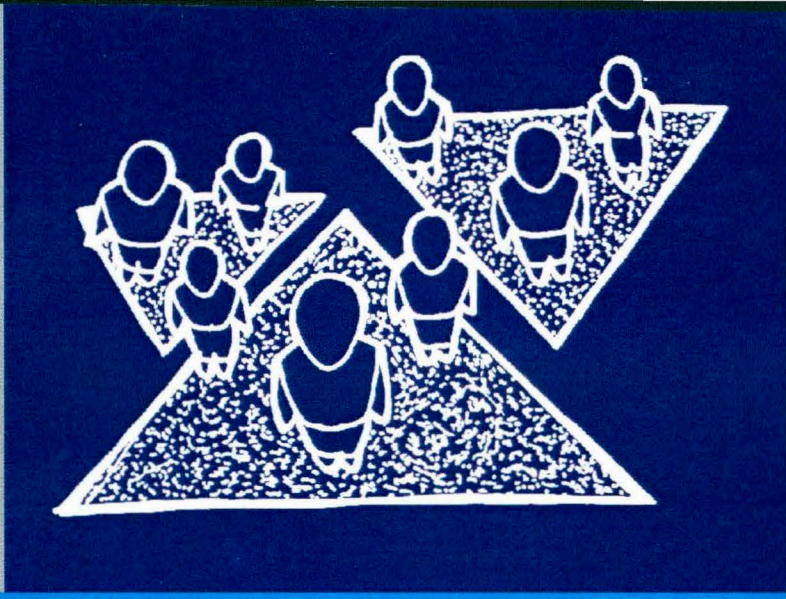


TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

UMA ANÁLISE DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E DA CONTAGEM DA POPULAÇÃO 1996

volume 24

Rio Grande do Sul

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado da Fazenda
Pedro Sampaio Malan

Secretário de Estado de Planejamento e Avaliação
Edward Joaquim Amadeo Swaelen

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Sérgio Besserman Vianna

Diretor de Planejamento e Coordenação
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Maria Martha Malard Mayer

Diretoria de Geociências
Trento Natali Filho

Diretoria de Informática
Paulo Roberto Ribeiro da Cunha

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Kaizô Iwakami Beltrão

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Departamento de População e Indicadores Sociais
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS
DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS

Tendências Demográficas

Uma análise dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996

volume 24

Rio Grande do Sul

Tendências demográficas :

0600/99

IBGE - SET

Rio de Janeiro
1999

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)
ISBN 85-240-0708-7 volume 24 Rio Grande do Sul

© IBGE. 1999

Projeto Editorial
Divisão de Editoração-DIEDI/Departamento de Editoração e Gráfica-DEDIT/CDDI

Estruturação
Carmen Heloisa Pessôa Costa
Elizabeth Santos da Fontoura
Neuza Maria de O. G. Damásio
Sonia Gonçalves da Rocha

Copidesque e Revisão
Anna Maria dos Santos
Cristina Ramos Carlos de Carvalho
Iaracy Prazeres Gomes
Kátia Domingos Vieira
Maria de Lourdes Amorim

Projeto Gráfico e Diagramação
Sebastião Monsores
Maria da Graça Fernandes de Lima

Normalização das Fontes Bibliográficas
Divisão de Documentação - DIDOC/CDDI
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira

Impressão
Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em meio digital em 1999.

Capa
Divisão de Criação - DIVIC/CDDI
Maria José Salles Monteiro

Tendências demográficas : uma análise dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais.
- Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

28v.

Os volumes estão apresentados por Brasil, Distrito Federal e Unidades da Federação.

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)

1. Brasil - População - Estatística. I. IBGE. Departamento de População e Indicadores Sociais.

IBGE.CDDI.Div. de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 312(81)
RJ/IBGE/98-09 EST

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Equipe Técnica

Este trabalho foi desenvolvido na Divisão de Estudos e Análises Demográficas - DIEAD, pela Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População - ANEP/DIEAD.

Divisão de Estudos e Análises Demográficas

Juarez de Castro Oliveira

Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População

Nilza de Oliveira Martins Pereira (Coordenação Técnica)

Cláudia Bahia de Araujo, Jorge da Silva,
Leila Regina Ervatti, Kelly Cristina Fernandes Maluf,
Mário Fernandes Filho e Ivan Ribeiro da Fonseca

Apoio Computacional

Paulo Roberto V. Rudolphi, Edgard de Toledo S. Campos,
Marcos Ribeiro de Mattos e João Raposo Belchior

Apoio Administrativo

Elizabeth Costa Bezerra

Agradecimentos

Ari Nascimento Silva (assessoria na utilizacão do Software REDATAM, Recuperação de Dados de Áreas Menores, na geração de algumas tabulações)
Celso das Mercês Pereira (colaboração nos textos)

Apresentação

Esta publicação tem como objetivo colocar ao alcance dos usuários em geral, uma síntese de indicadores básicos demográficos e socioeconômicos da população dos estados brasileiros, utilizando informações dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996. Os resultados são apresentados em forma de tabelas, gráficos e mapas municipais georreferenciados.

Os temas abordados englobam a Evolução da População do Estado, Estrutura por Sexo e Idade, Nupcialidade, Migrações Internas, Raça ou Cor, Religião, Deficiência Física ou Mental, Níveis de Escolaridade, Família, Domicílio e Características Econômicas.

Rio de Janeiro, RJ, fevereiro de 1999

Maria Martha Malard Mayer
Diretora de Pesquisas

Sumário

Características demográficas e socioeconômicas da população

Características demográficas

Evolução da população total no estado 9
Estrutura por sexo e idade 15
Nupcialidade 21
Migrações internas 25

Características sociais e econômicas

Raça ou cor 27
Religião 31
Deficiência física ou mental 33
Nível de escolaridade 35
Família 37
Domicílio 40
Características econômicas 43

Características demográficas e socioeconômicas da população

Características demográficas

Evolução da população total no estado

O Estado do Rio Grande do Sul atingiu em 1º de agosto, segundo os resultados da Contagem da População 1996, um total de 9 634 688 habitantes. Este contingente populacional cresceu a um ritmo de 1,08% ao ano, o menor observado nos últimos censos. Com a intensificação do declínio da fecundidade, ocorrido de forma generalizada no Brasil, principalmente a partir da década de 80, o ritmo de crescimento populacional vem desacelerando.

As informações provenientes da Contagem da População 1996 mostraram que a população cresceu, em termos absolutos, 496 018 habitantes, correspondendo a um acréscimo de 5,43% em relação à população de 1991.

Confirmando uma tendência historicamente consolidada, a Contagem da População 1996 revelou a continuidade do processo de urbanização que vem ocorrendo no estado. O aumento do grau de urbanização foi resultado do acréscimo de 583 mil habitantes, ou seja, 8,34% em relação à população urbana de 1991. Esse incremento foi basicamente em conseqüência de três fato-

res: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração, sobretudo dentro do próprio estado, com destino urbano e, em pequena escala, da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais.

Tabela 1
População nas datas dos recenseamentos gerais e taxa média geométrica de crescimento anual - 1960/1996

Data dos recenseamentos gerais	População residente	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
Total		
1º de setembro de 1960	5 366 720	
		2,19
1º de setembro de 1970	6 664 891	
		1,55
1º de setembro de 1980	7 773 837	
		1,48
1º de setembro de 1991	9 138 670	
		1,08
1º de agosto de 1996	9 634 688	
Urbana		
1º de setembro de 1960	2 380 783	
		4,08
1º de setembro de 1970	3 553 006	
		3,98
1º de setembro de 1980	5 250 940	
		2,64
1º de setembro de 1991	6 996 542	
		1,64
1º de agosto de 1996	7 579 977	
Rural		
1º de setembro de 1960	2 985 937	
		0,41
1º de setembro de 1970	3 111 885	
		(-) 2,08
1º de setembro de 1980	2 522 897	
		(-) 1,48
1º de setembro de 1991	2 142 128	
		(-) 0,84
1º de agosto de 1996	2 054 711	

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Tabela 2
Crescimento absoluto e relativo da população residente, segundo a situação do domicílio e sexo - 1980/1996

Situação do domicílio e sexo	Crescimento da população residente			
	Absoluto		Relativo (%)	
	1980/1991	1991/1996	1980/1991	1991/1996
Total	**1 364 833**	**496 018**	**17,56**	**5,43**
Homens	645 299	241 814	16,76	5,38
Mulheres	719 534	254 204	18,34	5,48
Urbana	**1 745 602**	**583 435**	**33,24**	**8,34**
Homens	839 869	288 663	33,10	8,55
Mulheres	905 733	294 772	33,37	8,14
Rural	**(-) 380 769**	**(-) 87 417**	**(-) 15,09**	**(-) 4,08**
Homens	(-) 194 570	(-) 46 849	(-) 14,81	(-) 4,19
Mulheres	(-) 186 199	(-) 40 568	15,40	(-) 3,97

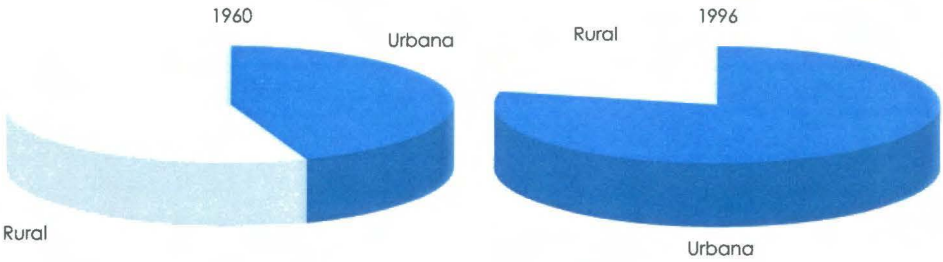
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados.

Tabela 3
Grau de urbanização - 1960/1996

Grau de urbanização (%)	1960	1970	1980	1991	1996
	44,36	53,31	67,55	76,56	78,67

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Grau de urbanização - 1960/1996

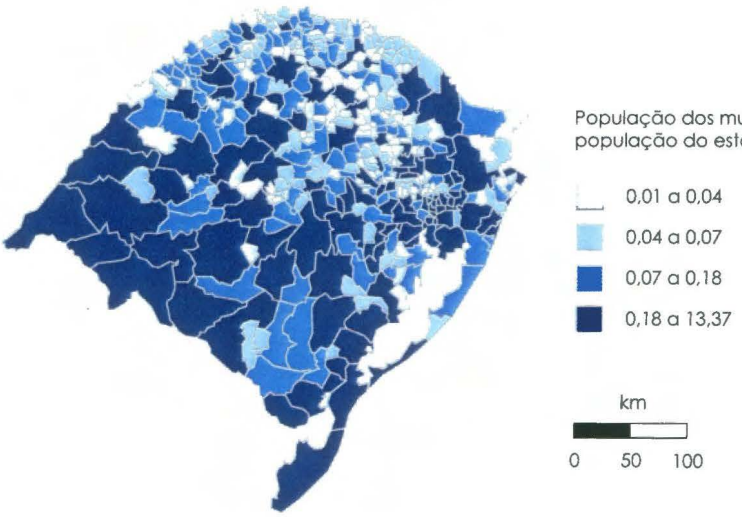


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados.

O Estado do Rio Grande do Sul ocupa a quinta posição no *ranking* nacional, concentrando 6,13% da população total do País. Dentro do *ranking* regional, o estado vem ocupando a primeira posição, mantendo praticamente a mesma participação (40,97%) que a do Censo Demográfico 1991 (41,30%).

Participação da população dos municípios no total do estado - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

A Região Metropolitana de Porto Alegre registrou um ritmo de crescimento de 1,42%, superando o interior[1] do estado, da ordem de 0,91%. A Região Metropolitana de Porto Alegre reunia, em 1996, um conjunto de 3 245 306 habitantes, que correspondia a 33,68% da população total do estado. No período de1991-1996, a periferia metropolitana contribuiu com um crescimento absoluto de 180 371 pessoas, representando um crescimento relativo de 10,16%, superior ao núcleo metropolitano.

A densidade demográfica cresceu 5,43%, passando de 32,40 hab./km², em 1991, para 34,16 hab./km² em 1996.

Tabela 4
População residente, crescimento relativo, participação relativa e taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996

Estado, Região Metropolitana e interior	População residente		Crescimento relativo (%) 1991/1996	Participação relativa		Taxa média geométrica de crescimento anual (%) 1991/1996
	1991	1996		1991	1996	
Estado	**9 138 670**	**9 634 688**	**5,43**	**100,00**	**100,00**	**1,08**
Região metropolitana	3 027 941	3 245 306	7,18	33,13	33,68	1,42
Núcleo	1 251 885	1 288 879	2,96	13,70	13,38	0,59
Periferia	1 776 056	1 956 427	10,16	19,43	20,31	1,99
Interior	6 110 729	6 389 382	4,56	66,87	66,32	0,91

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996, microdados.

O conjunto dos dez municípios mais populosos do Rio Grande do Sul, em 1996, reunia 3,43 milhões de pessoas que correspondiam a 35,57% da população estadual. A capital Porto Alegre concentrava 13,38% do efetivo populacional do estado, ou seja, 1 288 879 pessoas, cabendo aos demais municípios, cuja população está compreendida entre 178 mil e 326 mil habitantes, o equivalente a 22,20%.

[1] Considera-se "interior" o espaço territorial do estado, exceto o da Região Metropolitana.

Tabela 5
Municípios mais populosos e municípios com maiores taxas médias geométricas de crescimento anual - 1991/1996

Municípios mais populosos	População residente	Municípios com maiores taxas	Taxa (%) 1991/1996
Porto Alegre	1 288 879	Tramandaí	6,84
Caxias do Sul	325 694	Arroio do Sal	6,84
Pelotas	307 667	Capão da Canoa	5,75
Canoas	284 059	Xangri-lá	5,68
Santa Maria	233 351	Imbé	5,37
Novo Hamburgo	226 070	Eldorado do Sul	5,33
Gravataí	206 023	Nova Hartz	5,32
Viamão	196 685	Cidreira	5,09
São Leopoldo	180 617	Candiota	5,07
Rio Grande	178 256	Parobé	4,90

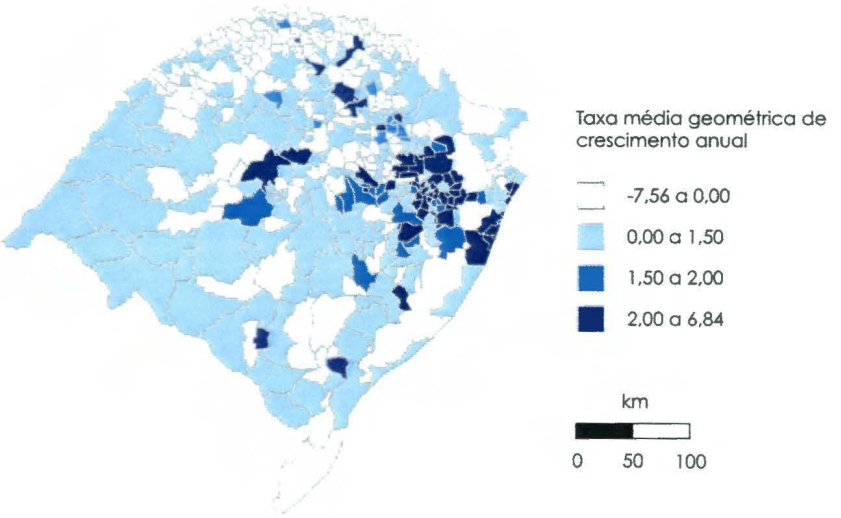
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996, microdados.

Dos dez municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional do estado, nos últimos cinco anos, observou-se que o maior percentual foi encontrado no Município de Tramandaí (6,84%) e o menor no Município de Parobé com 4,90%. A menor taxa de crescimento do estado (-7,56%), no período de 1991-1996, foi encontrada no Município de Hulha Negra.

A proporção de municípios que apresentaram uma taxa de crescimento acima de 2,5% ao ano, no período de 1991-1996, atingiu 8,67% do total do estado. O destaque ficou com os municípios considerados de médio porte (10 000 até 50 000 habitantes) com 54,05% do total do grupo. Os demais ficaram distribuídos entre os que tinham até 10 000 habitantes (35,14%), mais de 50 000 a 100 000 habitantes (5,41%) e mais de 100 00 a 500 000 habitantes (5,41%).

O Estado do Rio Grande do Sul foi contemplado com 94 novos municípios, nestes últimos cinco anos, contabilizando um total de 427 municípios, em 1996.

Taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Estrutura por sexo e idade

No Estado do Rio Grande do Sul, a Contagem da População 1996 indicou um excedente de 158 970 mulheres em relação aos homens, o que resultou em uma razão de sexo de 96,75%. Cenários opostos podem ser observados ao se analisar o indicador, segundo as situações de residência urbana e rural. Enquanto na área urbana registrou-se um número médio de 94 homens para cada 100 mulheres, no contexto rural do estado essa relação se invertia, ao ser revelada a existência de 109 homens para cada grupo de 100 mulheres. Esse fato pode ser comumente explicado pela natureza das atividades agrícolas e pela seletividade migratória.

Tabela 6
Razões de sexo, por situação do domicílio - 1960/1996

Anos	Razões de sexo (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	100,02	92,93	106,06
1970	99,06	92,51	107,11
1980	98,16	93,49	108,63
1991	96,84	93,30	109,38
1996	96,75	93,65	109,13

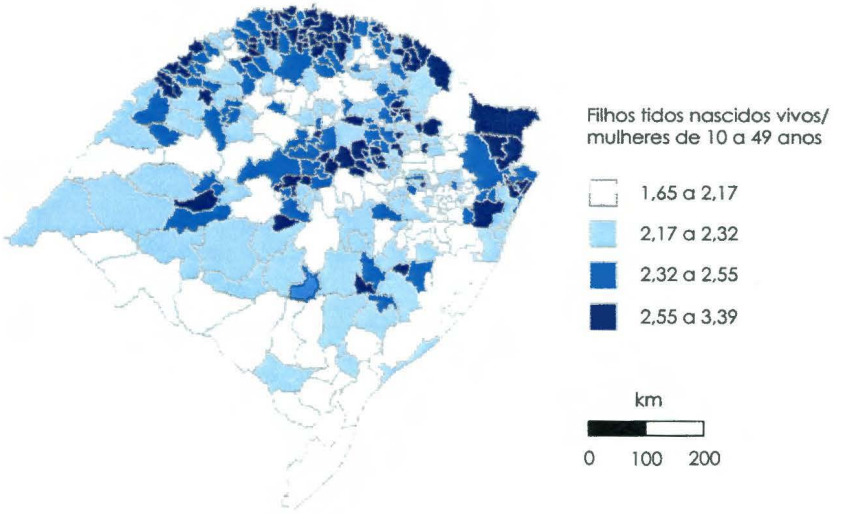
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Até o início dos anos 80 a estrutura etária da população brasileira, dada pelos censos demográficos, vinha mostrando traços marcantes de uma população predominantemente jovem, fruto da persistência dos altos níveis da fecundidade no País. Muito embora a fecundidade tenha experimentado declínios paulatinos, desde meados da década de 60, momento em que se introduziu no Brasil os métodos anticonceptivos orais, a base da pirâmide etária da população manteve-se alargada até 1980, como resultado do elevado número de mulheres em idade fértil ainda procriando.[2]

A pronunciada entrada na base da pirâmide etária de 1991 reflete a queda da fecundidade ocorrida na década. Entretanto, a composição etária revelada para o Estado do Rio Grande do Sul apresentou características de uma população ainda jovem, porém com tendências ao envelhecimento, como pode ser observado pelo deslocamento populacional das coortes intermediárias. Neste sentido, os resultados da Contagem da População 1996 acentuaram o estreitamento na base da pirâmide etária, intensificando o processo de redução do peso relativo do contingente de jovens na população total. Há que se notar que o Rio Grande do Sul, especificamente, registra um declínio precoce nas taxas de fecundidade.

[2] As estimativas de fecundidade foram obtidas utilizando-se as informações sobre o número de filhos vivos até a data do censo (fecundidade acumulada) e do número de filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores a mesma data (fecundidade recente).

Número médio de filhos tidos nascidos vivos - 1991

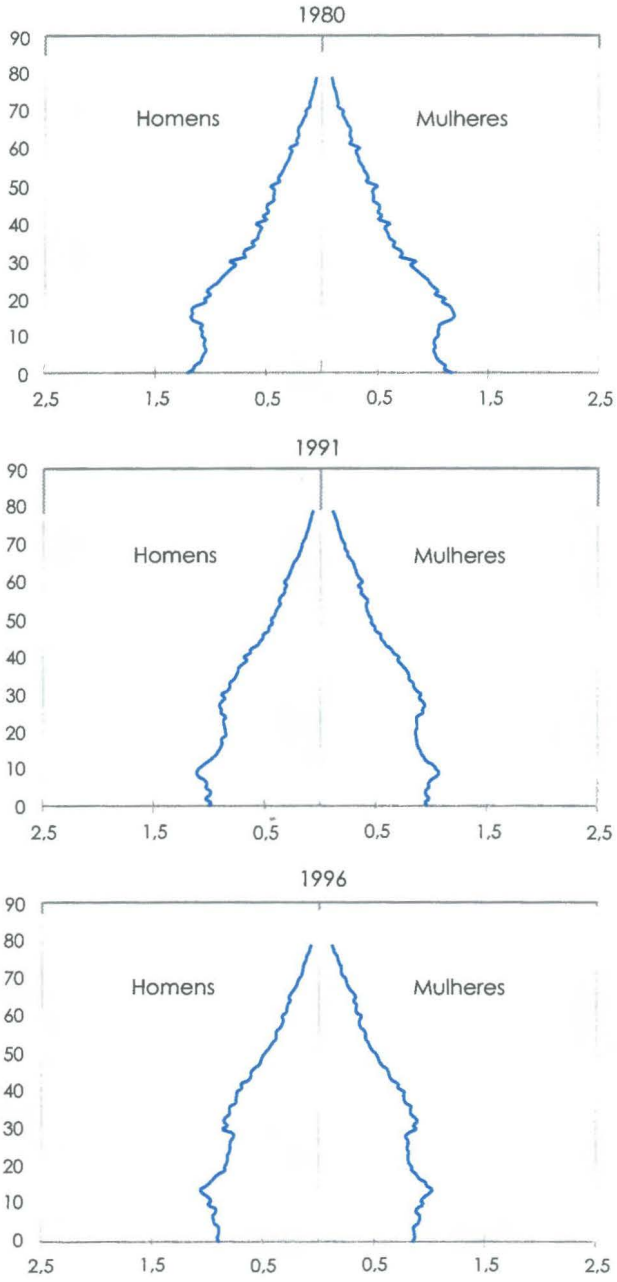


Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

As alterações observadas na estrutura etária foram importantes e, ocorreram, em grande parte, a partir da última década. O declínio generalizado da fecundidade no País, conjugado à redução da mortalidade, contribuiu de forma decisiva para que as mudanças processadas na composição por idade da população fossem observadas, particularmente quando se recorta a população, segundo as situações de residência urbana e rural. Tais alterações caracterizaram fundamentalmente o início do processo de envelhecimento da população brasileira.

A relação entre a população que, em termos etários, pertenceria à condição de inativa (grupos de 0 a 14 e 65 anos ou mais de idade) e o contingente potencialmente ativo (15 a 64 anos de idade) permite estabelecer o indicador razão de dependência que denota, em linhas gerais, o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva.

Composição etária da população total, por idade individual



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados.

Tabela 7
Distribuição etária dos grandes grupos populacionais - 1960/1996

Grandes grupos populacionais	Distribuição (%)				
	1960	1970	1980	1991	1996
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
0 a 14 anos	41,54	39,05	32,45	30,06	27,90
15 a 64 anos	55,38	57,28	62,89	64,10	65,54
65 anos ou mais	3,08	3,67	4,66	5,84	6,56

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Assim, a Contagem da População 1996 revelou, para o total do estado, uma relação de 53 dependentes jovens e idosos para cada 100 pessoas potencialmente ativas. A partir destes resultados pode-se constatar o impacto do processo de estreitamento na base da pirâmide etária, principal fator responsável pela diminuição da razão de dependência, no transcurso desses cinco anos. Em 1996, as razões de dependência observadas no contexto urbano do estado e nas áreas rurais correspondiam a 51,90% e 55,09%, respectivamente.

A parcela de jovens (27,90%) ainda influencia o cálculo convencional da razão de dependência, enquanto que a contribuição dos idosos (6,56%) é pequena.

Em 1991, a idade de 25,4 anos dividia a população em dois blocos de 50% cada. Já em 1996, a idade mediana chegou a 26,9 anos. No que tange aos diferenciais entre sexos, a idade mediana calculada para os homens atingiu 26,0 anos, enquanto que a referente às mulheres posicionou-se nos 27,8 anos de idade. Este comportamento diferencial da idade mediana de homens e mulheres explica-se pela maior expectativa de vida das mulheres.

Tabela 8
Razão de dependência, por situação do domicílio - 1960/1996

Anos	Razão de dependência (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	80,54	68,62	91,32
1970	74,58	65,84	85,74
1980	59,01	55,63	66,54
1991	56,00	55,50	57,67
1996	52,57	51,90	55,09

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Tabela 9
Idade mediana da população residente, por sexo - 1980/1996

Anos	Idade mediana		
	Total	Homens	Mulheres
1980	21,9	21,5	22,4
1991	25,4	24,6	26,1
1996	26,9	26,0	27,8

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados.

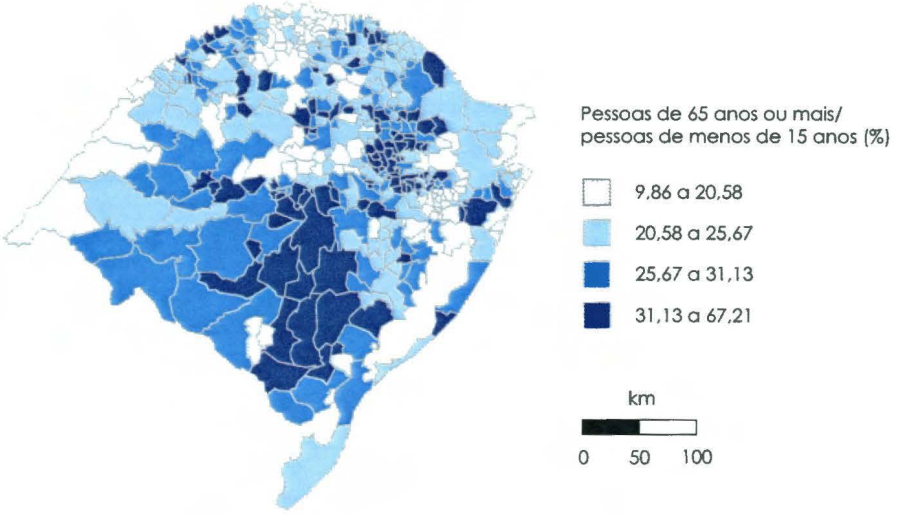
Um importante indicador que está relacionado à estrutura etária de uma população é aquele que relaciona a população idosa com o contingente de crianças. Trata-se de uma derivação do índice de envelhecimento populacional que se presta a significativos estudos comparativos. O entendimento desse índice traduz-se pelo fato de que quanto maior sua magnitude, mais elevada é a proporção de idosos (65 anos ou mais) em relação à proporção de crianças (menos de 15 anos).

As estimativas atualmente disponíveis sugerem que esse índice deverá continuar crescendo no estado, a partir da diminuição

da proporção da população jovem. Os níveis mais elevados são encontrados nos estados pertencentes à Região Sudeste. Quando se estabelecem comparações regionais, percebe-se, inicialmente, que o índice se eleva em praticamente todas as regiões, o que reflete a influência da continuada queda da fecundidade e, simultaneamente, o aumento consistente da esperança média de vida.

Em 1960, existiam 7 idosos para cada 100 crianças. Em 1996, para cada 23 pessoas com 65 anos de idade ou mais, existiam 100 pessoas menores de 15 anos de idade, o que demonstra um expressivo aumento no valor desse indicador de envelhecimento.

Índice de envelhecimento - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Nupcialidade

A composição da população de 15 anos ou mais por estado conjugal, no Estado do Rio Grande do Sul, caracteriza-se pela proporção de 63,42% de pessoas casadas e 26,97% de pessoas solteiras, que ao longo dos censos vem apresentando declínio na sua participação. No período de 1980-1991, a participação de separados, desquitados e divorciados revelou crescimento.

Tabela 10
Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo, segundo o estado conjugal - 1980/1991

Estado conjugal	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Solteiros	32,73	26,97	35,72	30,56	29,86	23,59
Casados	59,96	63,42	61,37	65,37	58,60	61,58
Separados	1,39	2,40	0,83	1,48	1,93	3,27
Desquitados	0,57	1,08	0,34	0,66	0,78	1,47
Divorciados	0,07	0,49	0,04	0,25	0,10	0,71
Viúvos	5,28	5,64	1,69	1,68	8,73	9,38

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Tais transformações ocorreram indistintamente, tanto na área urbana quanto na rural do estado, apenas os níveis variaram de acordo com os estratos. Analisando o diferencial por situação do domicílio, encontraram-se nas áreas urbanas proporções mais elevadas de pessoas separadas, desquitadas, divorciadas e de viúvos, isto é, de pessoas que não estariam, por ocasião do Censo Demográfico 1991, vivendo em união. Já na área rural predominavam as pessoas casadas.

A exemplo do que vem ocorrendo em algumas regiões do mundo, os tipos de união também sofreram alterações substanciais. Em 1980, no Estado do Rio Grande do Sul, prevaleciam as uniões realizadas no *civil e religioso*, seguidas das *uniões somente no civil*, enquanto que as *uniões somente no religioso* eram menos freqüentes. Em 1991, a proporção de uniões realizadas no *civil e religioso* tiveram um declínio de 10,11 % e a proporção de *uniões consensuais* apresentou um aumento de 67,81%.

Tabela 11
Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, casadas, por situação do domicílio, segundo o tipo de união - 1980/1991

Tipo de união	Situação do domicílio (%)					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	**100,00**	**100,01**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Civil e religiosa	74,97	67,39	72,82	63,68	79,58	78,84
Somente civil	14,10	15,45	14,72	16,84	12,78	11,15
Somente religiosa	1,64	1,58	1,23	1,43	2,50	2,02
União consensual	9,29	15,59	11,23	18,05	5,14	7,99

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

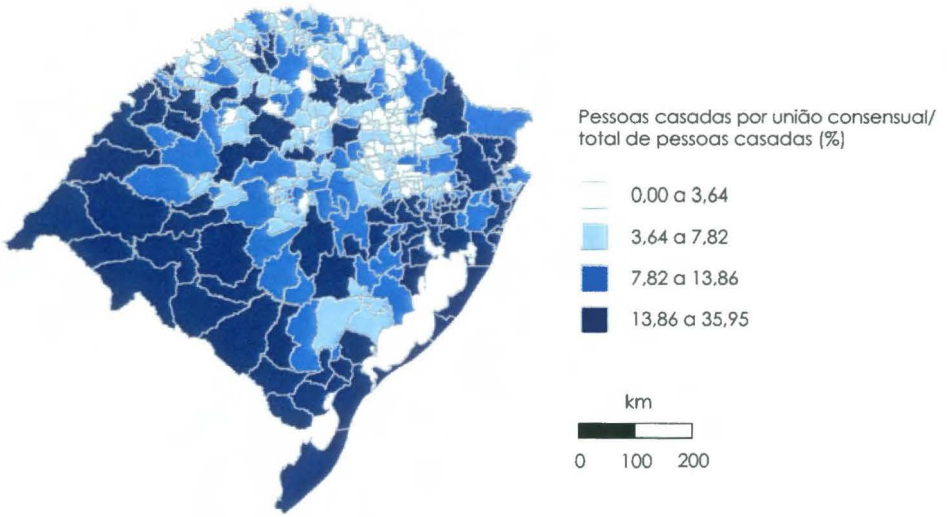
Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Acompanhando o comportamento do total do estado, o crescimento das uniões consensuais foi significativo na área urbana, em relação ao censo passado.

A distribuição da proporção de solteiros em uma população fornece importantes indicadores da nupcialidade. As proporções nos grupos de 20 a 24 anos e 40 a 44 anos indicam, respectivamente, a idade média à primeira união e a prevalência do celibato. Para efeito de comparabilidade com o Censo Demográfico 1970 e Censo Demográfico 1980, estimou-se a idade média ao casar das pessoas de 15 anos ou mais através dessa proporção, e como resultado observou-se que a idade média calculada para 1991 manteve-se no mesmo patamar daquela observada no Censo Demográfico 1980.

Com a introdução de novo quesito no Censo Demográfico 1991 (*mês e ano em que contraiu a primeira união*), tornou-se possível a obtenção da estimativa direta da idade média ao contrair a primeira união, que envolveu, para efeito de cálculo, as pessoas de 10 anos ou mais, diferindo da estimativa anteriormente utilizada

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais casadas, por união consensual - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

(obtida através da proporção de solteiros), que considerou a população de 15 anos ou mais, tendo em vista a comparabilidade com as informações resultantes dos demais censos. Portanto, a idade média, obtida de forma direta, para o total foi de 23,1 anos, para os homens 24,7 anos e para as mulheres 21,5 anos. A idade média das mulheres ao casar é relativamente baixa quando comparada com a dos homens. Assim, observa-se que os homens casam com três anos a mais que as mulheres.

No último censo, foi introduzido um outro quesito que possibilitou a obtenção de importantes indicadores da nupcialidade: *mês e ano em que passou a viver com o cônjuge atual ou mês e ano em que passou a viver a situação indicada.*

No tocante ao número de uniões conjugais, 96,68% das pessoas de 10 anos ou mais teriam contraído apenas uma união, sendo que os homens apresentam maior incidência na proporção de duas ou mais uniões em relação às mulheres. A maior freqüência de mais de uma união é uma característica urbana.

Migrações internas

As informações censitárias de 1991 e de 1996 revelam o aprofundamento de algumas tendências e o surgimento de novos padrões localizados de distribuição espacial da população. A redução da intensidade das migrações interestaduais que se processou na década de 80 prosseguiu no primeiro qüinqüênio da década de 90. No Estado do Rio Grande do Sul vê-se a redução na proporção de migrantes no período de 1980-1991, tanto na situação do domicílio urbana quanto na rural. As mulheres são maioria no conjunto de pessoas não-naturais do município (52,53%). No meio rural, a proporção de homens supera a de mulheres, enquanto que a urbana dita o padrão estadual.

Tabela 12
Proporção de pessoas não-naturais do município, segundo a situação do domicílio atual - 1980/1991

Situação do domicílio atual	Proporção de pessoas não-naturais (%)	
	1980	1991
Total	**35,76**	**34,45**
Urbana	43,68	39,37
Rural	19,27	18,40

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os imigrantes interestaduais, que correspondem aos brasileiros natos residentes no estado e nascidos em outras Unidades da Federação, foram contabilizados, em 1991, como de maior procedência, vindos da própria Região Sul, especificamente dos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Nesse conjunto, as mulheres imigrantes predominam no fluxo das santa-catarinenses.

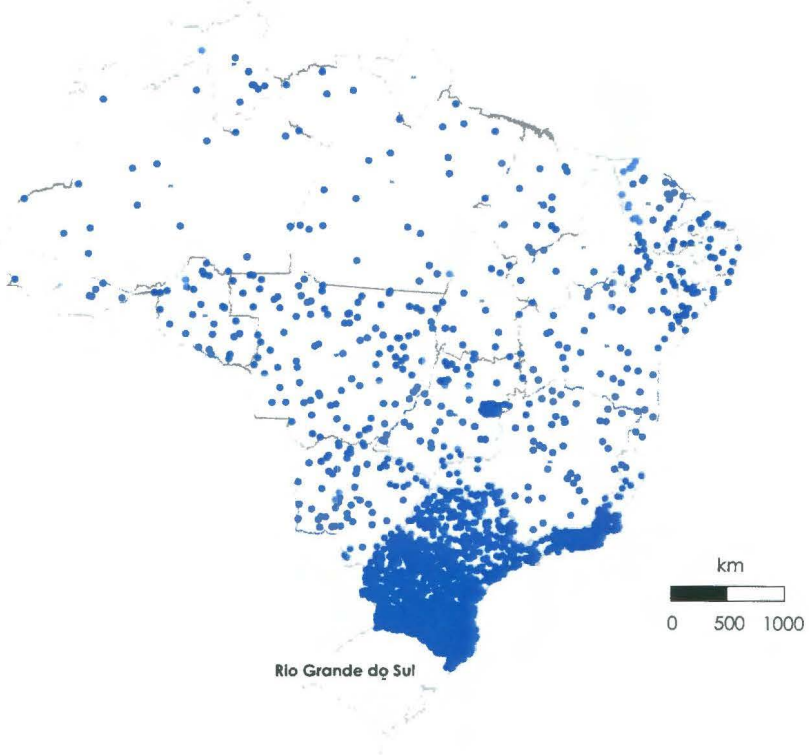
Os imigrantes intermunicipais, ou seja, aqueles indivíduos não-naturais do município de residência, mas nascidos no estado, for-

mavam em 1991 um conjunto de 90,33%, em relação ao total de migrantes do estado.

Do conjunto de pessoas não-naturais do município onde residem, as pessoas que migraram há menos de 10 anos correspondiam em 1991 a 43,60%.

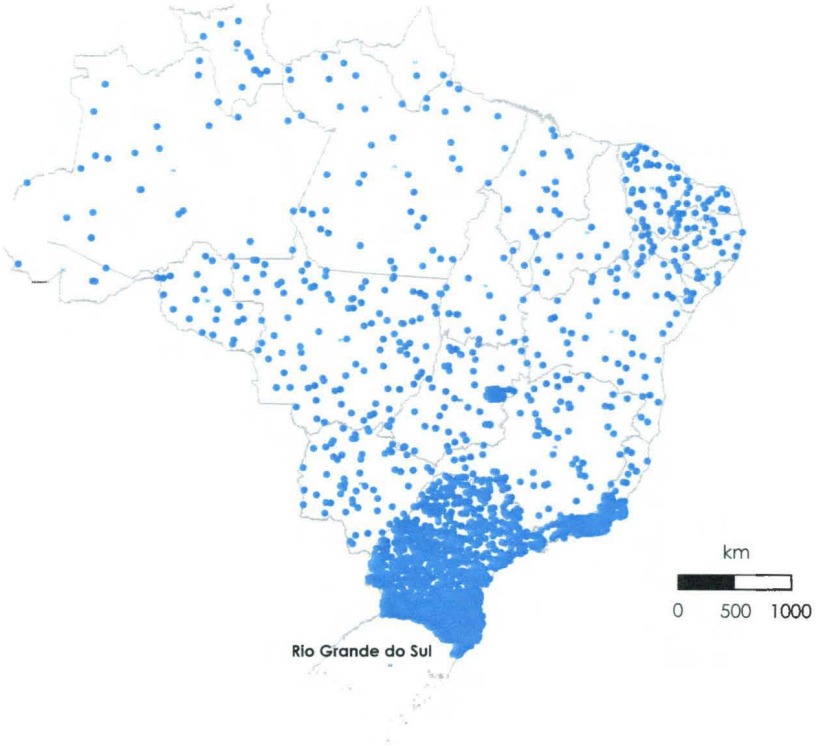
Os mapas, a seguir, mostram a proporção de migrantes interestaduais, nos cinco anos anteriores ao Censo Demográfico 1991 e à Contagem da População 1996, identificados pela Unidade da Federação de origem. Os resultados mostram que os fluxos migratórios mantiveram a mesma tendência nos dois censos.

Pessoas residentes no Rio Grande do Sul há menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Pessoas residentes no Rio Grande do Sul há menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Características sociais e econômicas

Raça ou cor

A última investigação do quesito sobre raça ou cor nos censos é proveniente do Censo Demográfico 1991, onde foram consideradas cinco categorias para que o entrevistado pudesse se classificar quanto à sua raça ou cor: branca, preta, parda, amarela e indígena. Para a cor parda incluiu-se a pessoa que se declarou mulata, mestiça, cabocla, mameluca, etc. Já a cor amarela aplicou-se à pessoa de origem oriental e seus descendentes. Não foi considerada nesta categoria a pessoa que tinha a pele amarelada, por sofrer de moléstias, tais como: impaludismo, malária, amarelão, etc.

As pessoas do Estado do Rio Grande do Sul classificaram-se, em sua maioria, segundo o último levantamento censitário, como sendo de cor branca (87,06%). Este contingente, em 1980, representava 87,52%. Enquanto o percentual das pessoas brancas apresentou declínio, crescia o das pessoas que se declaravam como sendo de cor parda, passando de 8,18%, em 1980, para 8,40%, em 1991. A proporção de pessoas de cor preta declinou em 2,13%, no período de 1980-1991. As pessoas de cor amarela ainda são consideradas minoria no estado.

No Censo Demográfico 1991, pesquisou-se a população indígena de forma distinta da de 1980, isto é, em separado das pessoas de cor parda. Pode-se quantificar esta proporção em 0,16% no total do estado. Cabe assinalar que a investigação da população indígena se aplicou não só aos que viviam em aldeamento, como também aos indígenas e seus descendentes que viviam fora do aldeamento. Esta distinção percebe-se quando é analisado o diferencial, segundo a situação do domicílio, pois, do total dos índios residindo no estado, 61,19% habitavam a área rural.

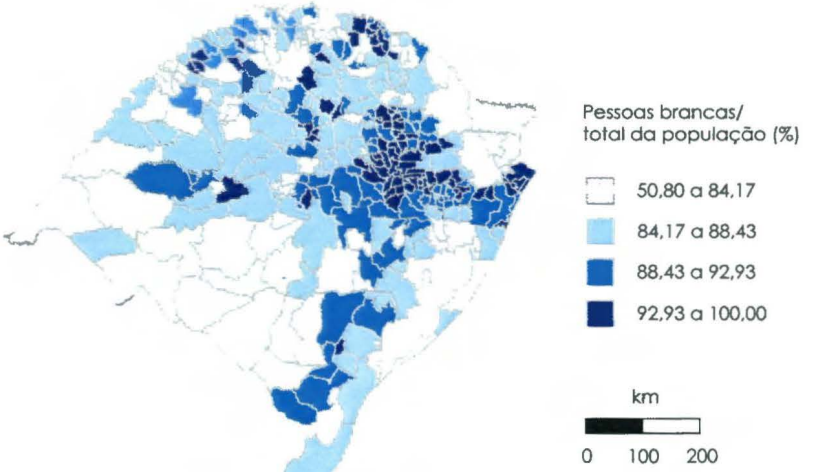
Tabela 13
Proporção da população residente, por situação do domicílio, segundo a raça ou cor - 1980/1991

Raça ou cor	Situação do domicílio (%)					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Branca	87,52	87,06	86,60	86,60	89,44	88,56
Preta	4,23	4,32	4,88	4,64	2,87	3,27
Amarela	0,08	0,05	0,07	0,06	0,10	0,04
Parda	8,18	8,40	8,46	8,62	7,59	7,71
Indígena	-	0,16	-	0,08	-	0,41

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

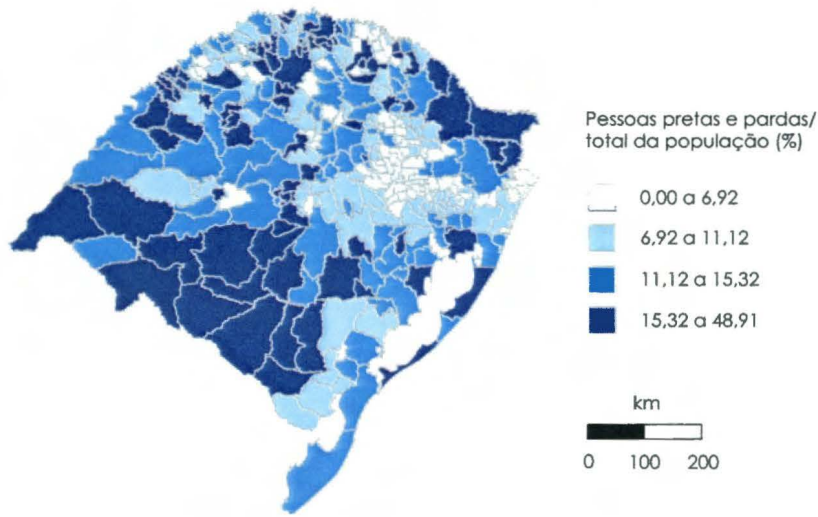
Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Proporção da população branca - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Proporção da população negra - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Dentro das características sociais e econômicas, foi selecionado o diferencial existente entre a raça ou cor com a proporção de anos de estudos praticados por essa população de 5 anos ou mais de idade e o setor econômico de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, objetivando qualificá-las no contexto social. Independentemente da raça ou cor das pessoas, ainda não se alcançaram percentuais adequados para o volume de pessoas com escolaridade equivalente ao primeiro grau. Entre as pessoas de cor preta ou parda, em torno de 70,00% não ultrapassaram a metade do primeiro grau e as pessoas de cor branca caracterizam-se no mesmo quadro, revelando uma ligeira vantagem. Quanto ao setor econômico de atividade, as pessoas de cor preta ou parda concentram-se nas atividades de agropecuária, extração vegetal e pesca, com proporção de 28,48% para as pessoas pretas, 23,28% para as de cor parda, e as de cor branca representam 18,47% nesta mesma atividade.

Tabela 14
Proporção da população residente, por raça ou cor, segundo as classes de anos de estudo - 1991

Classes de anos de estudo	Raça ou cor (%)		
	Branca	Preta	Parda
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Sem instrução e menos de 1 ano	13,71	24,34	23,09
1 a 3 anos	19,98	24,88	26,13
4 anos	23,43	18,98	20,75
5 a 7 anos	16,94	17,03	17,07
8 anos	7,56	6,30	5,59
9 a 11 anos	11,78	6,70	5,84
12 anos ou mais	6,53	1,66	1,46
Não determinados	0,07	0,11	0,09

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Tabela 15
Proporção da população ocupada de 10 anos ou mais, por raça ou cor, segundo o setor econômico de atividade - 1991

Setor econômico de atividade	Raça ou cor (%)		
	Branca	Preta	Parda
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Agropecuária, extração vegetal e pesca	24,12	16,27	22,48
Indústria de transformação	18,19	16,89	17,98
Indústria da construção civil	5,24	8,81	9,00
Outras atividades industriais	1,32	2,26	1,96
Comércio de mercadorias	12,52	8,13	9,23
Transporte e comunicação	4,06	3,96	3,63
Prestação de serviços (1)	18,47	28,48	23,28
Social	8,62	7,44	5,29
Administração pública	4,65	5,46	5,36
Outras atividades	2,82	2,30	1,80

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.

Religião

No Estado do Rio Grande do Sul, predomina largamente o catolicismo (81,78%), percentual abaixo do Censo Demográfico 1980, que era de 84,29%. O segundo maior percentual corresponde às pessoas evangélicas (11,80%), que em 1980 representavam 10,94%. As pessoas que não praticam nenhuma religião correspondem a 2,93%. Os demais tipos tiveram percentuais insignificantes. Cabe assinalar que as informações são provenientes da declaração da seita, culto ou ramo da religião professada.

O Censo Demográfico 1991 adotou uma nova classificação para os diversos tipos de religião e procurou-se compatibilizá-los com os censos anteriores.

Tabela 16
Proporção da população residente, por sexo, segundo a religião - 1980/1991

Religião	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Cristã tradicional	84,29	81,78	84,38	81,99	84,21	81,56
Cristã reformada	10,94	11,80	10,76	11,48	11,11	12,11
Mediúnica	2,25	2,71	2,05	2,35	2,44	3,06
Judaica ou Israelita	0,11	0,09	0,11	0,09	0,11	0,09
Oriental	0,02	0,05	0,02	0,04	0,02	0,05
Outras (1)	1,04	0,65	1,03	0,59	1,05	0,71
Sem religião	1,35	2,93	1,65	3,46	1,06	2,42

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive Neocristã.

Os tipos de religião foram constituídos da seguinte forma:

- Cristã Tradicional

  Católica Apostólica Romana - 81,49%
  Católica Apostólica Brasileira - 0,26%
  Católica Apostólica Ortodoxa - 0,02%

- Cristã Reformada

  Evangélica Tradicional - 7,27%
  Evangélica Pentecostal - 3,55%

- Neocristã

  Mórmon - 0,13%
  Testemunha de Jeová - 0,44%
  Outra - 0,02%

- Mediúnica

  Espírita – 1,48%
  Umbandista - 1,16%
  Candomblé - 0,07%

- Judaica ou Israelita

- Oriental

  Budismo - 0,02%
  Messiânica - 0,01%
  Outra - 0,02%

- Outra

- Sem religião

- Não determinada, Maldefinida e Sem declaração.

Deficiência física ou mental

As estatísticas acerca da população brasileira com algum tipo de deficiência física ou mental, até então, eram descontínuas e insuficientes. O Censo Demográfico 1991 preencheu esta lacuna com a investigação do número de deficientes nos diversos estados e municípios brasileiros. Vale ressaltar, para efeito de comparação, que o Censo Demográfico 1991 pesquisou somente dados sobre deficiências graves (os cegos, os surdos ou mudos). Muitos países pesquisam desta forma, para não sobrecarregar o questionário do censo. Porém, o critério sugerido pela Organização das Nações Unidas, no documento *Princípios e Recomendações para os Censos de População e Habitação*, é mais abrangente, porque amplia o grupo de pessoas com incapacidade, por exemplo: as pessoas com dificuldades de visão (dos quais os cegos formam um

subgrupo) ou as pessoas com dificuldade de audição (dos quais os surdos formam um subgrupo).

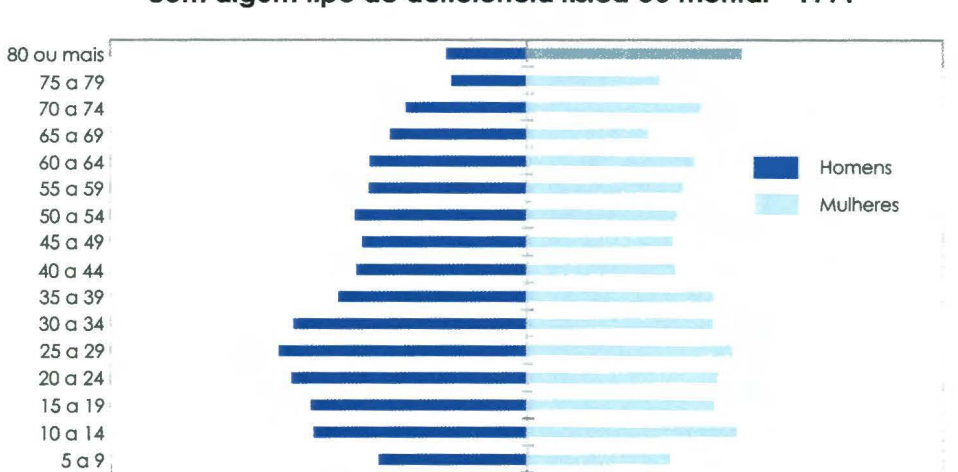
Como deficientes mentais, foram consideradas as pessoas com retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível, que se manifesta durante a infância e se caracteriza por grande dificuldade de aprendizagem e adaptação social. Não foram consideradas como tais as pessoas que apresentam perturbação ou doença mental do tipo neuróticos, psicóticos, esquizofrênicos, vulgarmente denominados loucos ou malucos.

No Estado do Rio Grande do Sul, existem aproximadamente 108 487 deficientes físicos ou mentais, logo a proporção de pessoas com algum tipo de deficiência no total do estado é pequena, atingindo a 1,19% (com este percentual percebe-se que 98,81% das pessoas não enumeraram nenhum dos tipos de deficiências investigadas). A proporção de pessoas do sexo masculino com algum tipo de deficiência correspondeu a 1,40%, enquanto que para o sexo feminino ficou em 0,98%.O excedente de deficientes do sexo masculino em relação ao feminino correspondeu a 17 488 pessoas.

Do total de deficientes do estado, 50,34% eram deficientes físicos e 43,86% se declararam deficientes mentais, sendo que 5,82% revelaram ter mais de um tipo de deficiência. Apesar de os tipos de doenças mentais anteriormente mencionados não serem considerados, acredita-se que foram incorretamente incluídos, devido ao alto percentual apresentado por este tipo de deficiência.

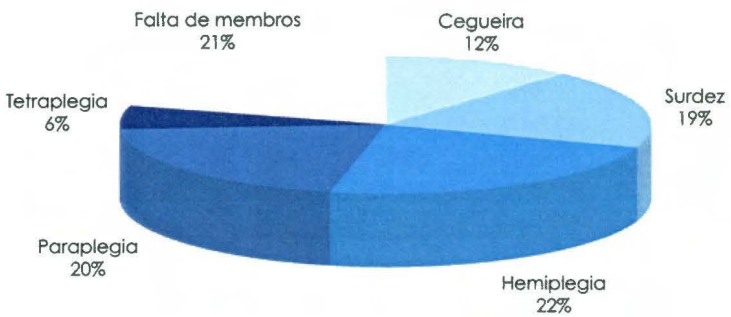
O padrão da estrutura etária da população deficiente caracteriza-se por uma pequena proporção no grupo de jovens (0 a 14 anos), significando um número reduzido de nascimentos com deficiência. O aumento gradativo nas diversas faixas etárias demonstra a relação existente com doenças e acidentes posteriores ao nascimento, caracterizando deficiência adquirida. Já a proporção de pessoas acima de 65 anos de idade alcança aproximadamente 18,37% do total de deficientes. Como a mortalidade masculina nesta faixa é maior, existindo a sobrevida feminina, a proporção de mulheres deficientes, em muitos casos por doença, é mais elevada.

Composição por sexo e idade das pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental - 1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Proporção de pessoas com algum tipo de deficiência física, por tipo de deficiência - 1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nível de escolaridade

As taxas de analfabetismo no Estado do Rio Grande do Sul vêm decrescendo nas últimas décadas. Para efeito de comparação com as informações da Contagem da População 1996, foi

calculado para o Censo Demográfico 1991 o analfabetismo funcional, que é definido operacionalmente como o não-domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, em correspondência a uma escolaridade fundamental de quatro séries incompletas. A taxa de analfabetismo funcional calculada para 1996 foi de 21,42%, inferior à de 1991 que era de 25,84%.

O nível educacional da população do Estado do Rio Grande do Sul continua em ascensão, entretanto ainda não pode ser considerado o ideal. A taxa de escolarização, que consiste na proporção de pessoas que freqüentam escola, apresenta proporções expressivas, porém o contingente de crianças fora da escola ainda é elevado. A cobertura do sistema educacional do estado vem se expandindo e retendo os jovens por mais tempo na escola.

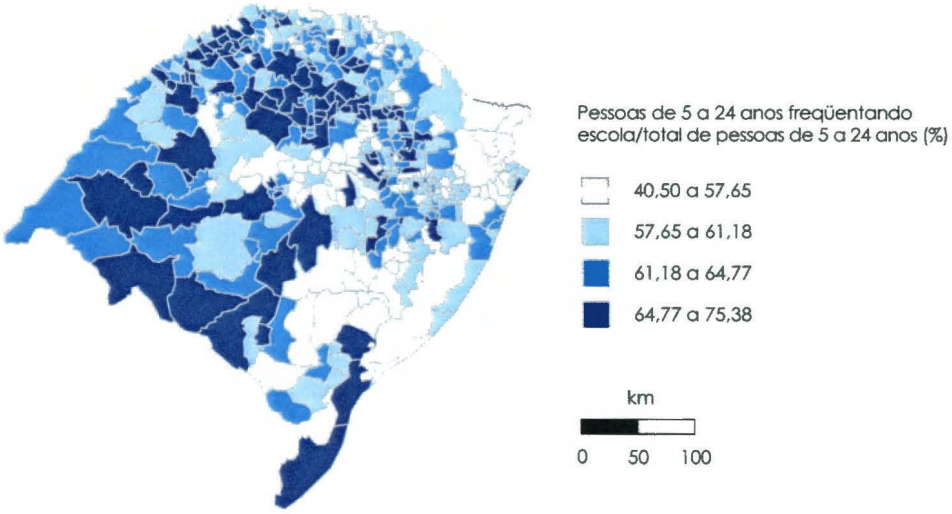
Tabela 17
Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos, segundo os grupos de idade - 1991/1996

Grupos de idade	Taxas de escolarização (%)					
	1991			1996		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	**54,37**	**53,82**	**54,94**	**63,14**	**62,52**	**63,77**
5 a 9 anos	68,24	67,35	69,17	80,68	80,27	81,10
10 a 14 anos	85,93	85,94	85,92	92,62	92,65	92,59
15 a 19 anos	41,93	40,52	43,36	54,02	52,29	55,78
20 a 24 anos	14,18	13,44	14,92	18,13	16,95	19,32

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996, microdados.

No período de 1991-1996, observa-se um aumento nas taxas de escolarização dos grupos etários infanto-juvenis (5 a 24 anos), que em princípio constituem, na sociedade, a população escolarizável ideal.

Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Família

Para melhor entendimento da organização socioeconômica da família é necessário conhecer informações acerca da sua estrutura, da composição, do tamanho, do tipo e de algumas características econômicas do grupo familiar. O texto restringe-se a fornecer uma visão geral dessas características, enfatizando a situação do responsável ou chefe da unidade familiar. Considerou-se como *Família*, nos Censos Demográficos, as pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que moravam no mesmo domicílio; a pessoa sozinha que morava em Domicílio Particular; e o conjunto de, no máximo, cinco pessoas que moravam em um Domicílio Particular, embora não estivessem ligadas por laço de parentesco e/ou dependência doméstica.

O comportamento do tamanho da família, nos últimos anos vem sendo ditado pelo diferencial da fecundidade na situação

domiciliar. A redução do número médio de pessoas por família está diretamente correlacionada ao crescente processo de urbanização, como também às modificações na dinâmica demográfico-social da unidade familiar.

Tabela 18
Número médio de pessoas por família, segundo a situação do domicílio - 1980/1991

Situação do domicílio	Número médio	
	1980	1991
Total	**3,95**	**3,41**
Urbana	3,80	3,34
Rural	4,32	3,65

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os grupos familiares constituídos por uma única pessoa e aqueles formados por chefe, cônjuge e filhos vêm mantendo a supremacia ao longo dos censos. Entretanto, houve redução na proporção de famílias únicas e aumento na proporção de famílias conviventes no período de 1980-1991, o que pode ser um indicador de que estaria havendo indícios de mudanças nos padrões de convivência domiciliar, isto é, por dificuldades de moradia, estaria crescendo a tendência de coabitação.

Vale a pena ressaltar o aumento da representatividade das mulheres no papel de chefe de família e da queda no percentual de chefes do sexo masculino, no período de 1980-1991, no Estado do Rio Grande do Sul.

O enfoque do grau de escolaridade dos chefes de família pode ser analisado através das informações dos anos de estudo. Percebe-se ligeira melhoria no grau de escolaridade dos responsáveis pelo grupo familiar, com redução na proporção de chefes sem instrução e com até 4 anos de estudo, em contrapartida, aumento na proporção de chefes escolarizados (com mais de 5 anos de estudo).

Tabela 19
Proporção de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, segundo o sexo do chefe da família - 1980/1991

Sexo do chefe	Proporção de famílias (%)	
	1980	1991
Total	**100,00**	**100,00**
Homens	85,02	80,04
Mulheres	14,98	19,96

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Tabela 20
Proporção de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, segundo as classes de anos de estudo do chefe da família - 1980/1991

Classes de anos de estudo do chefe	Proporção de famílias (%)	
	1980	1991
Total	**100,00**	**100,00**
Sem instrução e menos de 1 ano	16,45	11,18
1 a 3 anos	22,65	18,04
4 anos	35,97	29,81
5 a 8 anos	12,73	20,73
9 a 11 anos	6,57	12,03
12 anos ou mais	5,56	8,16
Sem declaração	0,07	0,04

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Quanto à análise da distribuição das famílias, segundo a classificação dos chefes por setor de atividade diretamente envolvido, ressalta-se a predominância da agropecuária, extração vegetal e pesca, que foram os responsáveis pela absorção da maior parte da População Economicamente Ativa, seguido da indústria de transformação.

Proporção de famílias, segundo o setor econômico de atividade do chefe - 1980/1991

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Domicílio

O levantamento das características dos domicílios, através dos Censos Demográficos, permite o conhecimento de componentes essenciais e indispensáveis para mensuração da qualidade de vida da população. A influência que alguns fatores exercem sobre as formas mais dignas de sobrevivência pode ser analisada pelas condições de moradia e, principalmente, pelo acesso aos serviços de infra-estrutura do saneamento básico. As características estruturais dos domicílios são, tradicionalmente, investigadas somente para aqueles definidos como particulares permanentes.

A relação entre o total da população residente e o total de domicílios particulares permanentes representa o número médio de pessoas moradoras em uma unidade domiciliar.

No Estado do Rio Grande do Sul, a densidade domiciliar apresentou um declínio de 4,95% no último período censitário, passando de 3,64 em 1991 para 3,46 em 1996. Este comportamento persistiu

tanto na área urbana com uma redução de 4,49% quanto na área rural com 6,36%.

Tabela 21
Densidade domiciliar,
segundo a situação do domicílio - 1980/1996

Situação do domicílio	Densidade domiciliar		
	1980	1991	1996
Total	**4,18**	**3,64**	**3,46**
Urbana	3,99	3,56	3,40
Rural	4,64	3,93	3,68

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados.

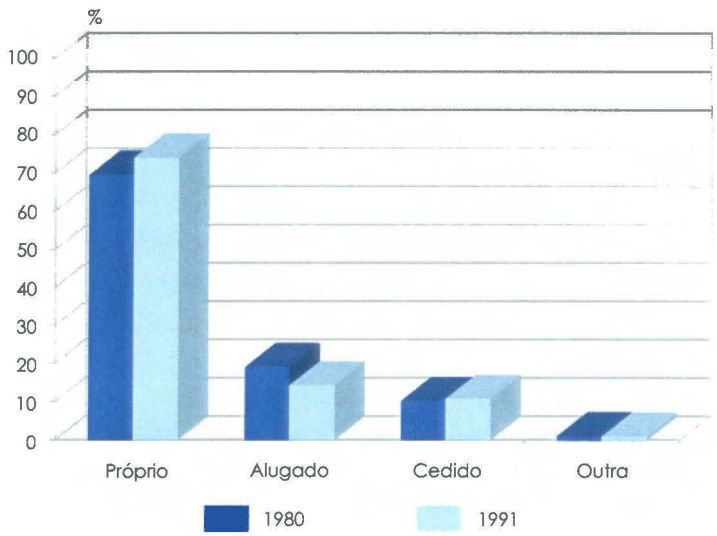
Os domicílios particulares permanentes foram classificados como duráveis, quando em sua construção predominavam paredes de alvenaria, de taipa revestida ou de madeira aparelhada, com cobertura de laje de concreto, telha de barro, telha de amianto ou de madeira aparelhada. Para os domicílios rústicos deveria haver a predominância de outros tipos de materiais, de durabilidade transitória, tanto na parede quanto na cobertura das residências, tais como: taipa não revestida, zinco, palha, material reaproveitado, etc.

Um sistema conveniente de distribuição de água potável, para consumo humano, é de vital importância para a saúde da população. Nos levantamentos censitários o abastecimento de água sempre foi classificado de acordo com a fonte fornecedora e a existência ou não de distribuição interna no domicílio.

O Censo Demográfico 1991 revelou que, do total de domicílios particulares permanentes investigados, 73,03% estavam ligados à rede geral de distribuição de água e, destes, 69,92% possuíam canalização que levava água ao interior de pelo menos um dos cômodos da residência, sendo que 3,11% não contavam com pontos de água dentro da moradia.

A proporção de domicílios próprios no Estado do Rio Grande do Sul verificada no último censo em relação a 1980 revelou que houve um crescimento de 6,43% nesta condição de ocupação. A queda na proporção dos domicílios alugados, foi da ordem de 25,31%. Percebe-se que um segmento populacional optou pela construção da própria moradia, sendo que 64,06% era detentora do domínio pleno do terreno.

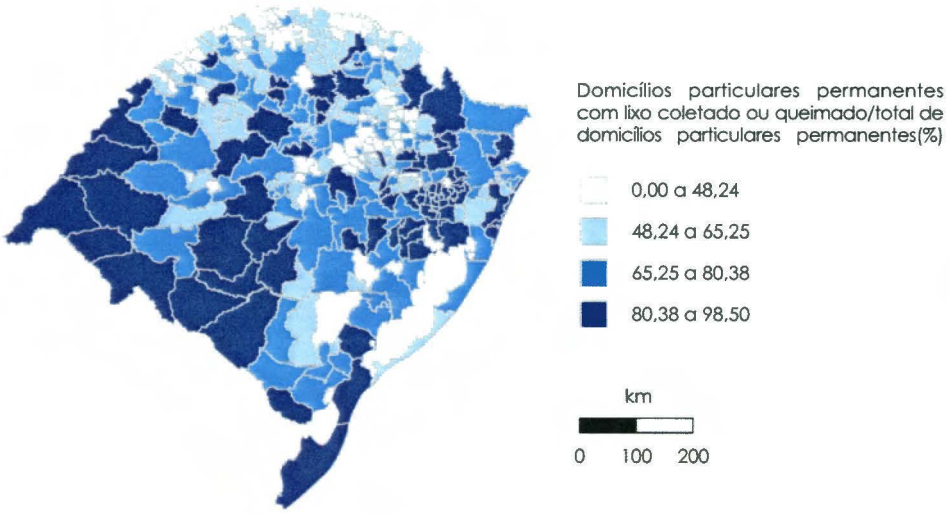
Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a condição de ocupação - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Embora o sistema de coleta de lixo não tenha sido investigado no Censo Demográfico 1980, esta informação foi amplamente pesquisada pelas pesquisas domiciliares da década passada. No Censo Demográfico 1991 ficou evidenciado que o controle da coleta do lixo domiciliar neste estado atingiu 70,40% das moradias, sendo que destas, 69,26% tiveram recolhimento efetuado diretamente por serviços ou empresas públicas e particulares.

Proporção de domicílios com lixo tratado - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

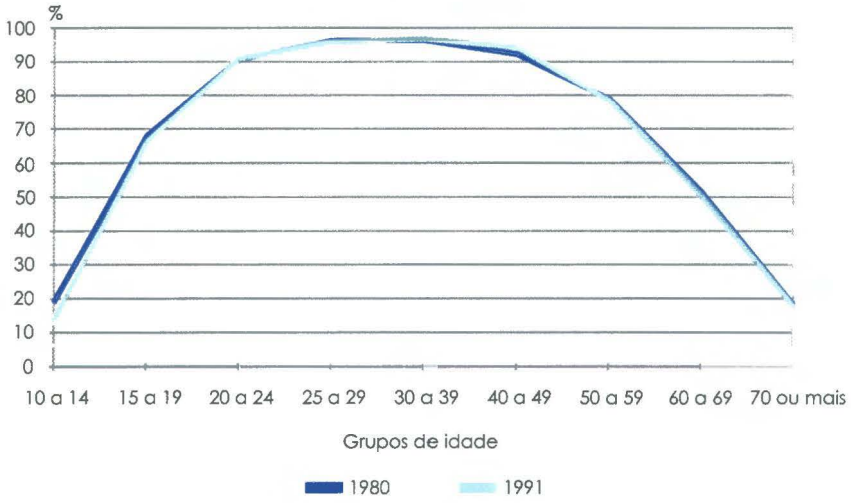
Características econômicas

Conforme os resultados do Censo Demográfico 1991, a população economicamente ativa representava 56,63% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, sendo 73,95% para os homens e 40,16%, para as mulheres. Com respeito à evolução das desigualdades por sexo, conforme o tipo de trabalho, as informações do Censo Demográfico 1980 e Censo Demográfico 1991 permitem detectar avanços.

Os indicadores de atividades econômicas das pessoas de 10 anos ou mais de idade revelados pelo Censo Demográfico 1991, para o Estado do Rio Grande do Sul, confirmam um fenômeno mundial, que consiste na expansão do número de mulheres que trabalham em atividades remuneradas. Cabe ressaltar que este fenômeno atingiu todas as faixas etárias acima de 15 anos.

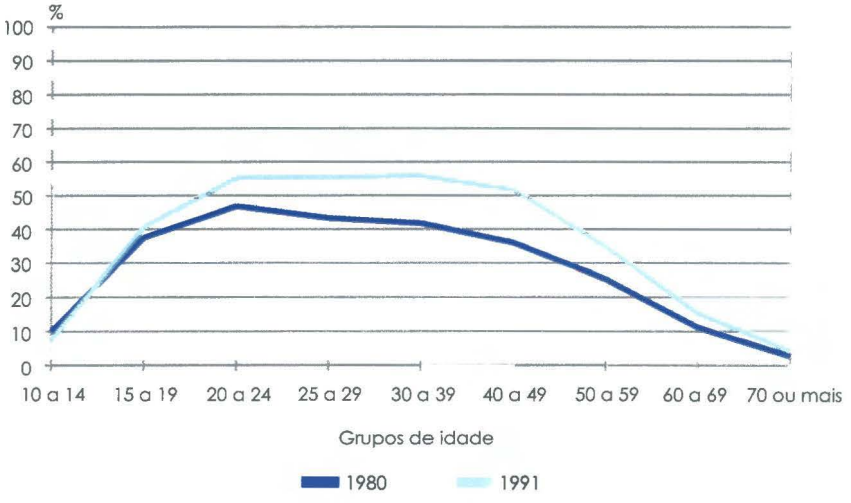
A concentração da taxa de participação específica por sexo nos grupos de idade vão desde 15 até 59 anos, implicando aumentos na participação das mulheres.

Taxas específicas de atividade, segundo os grupos de idade dos homens - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Taxas específicas de atividade, segundo os grupos de idade das mulheres - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Dos setores de atividade, os que mais absorveram mão-de-obra foram o agropecuário, extração vegetal e pesca, seguido da prestação de serviços. E quanto à absorção de mão-de-obra feminina, destacam-se a prestação de serviços e as atividades sociais, que juntas absorveram 45,59% das mulheres no mercado de trabalho.

Tabela 22
Distribuição percentual da população economicamente ativa, segundo o setor econômico de atividade - 1980/1991

Setor econômico de atividade	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Agropecuária, extração vegetal e pesca	28,20	23,09	33,86	27,17	15,68	15,99
Indústria de transformação	17,14	17,82	17,50	18,85	16,35	16,05
Indústria da construção civil	6,85	5,72	9,74	8,51	0,44	0,84
Outras atividades industriais	1,38	1,41	1,84	1,88	0,35	0,60
Comércio de mercadorias	9,89	11,84	9,59	11,46	10,56	12,55
Transporte e comunicação	4,22	4,01	5,66	5,68	1,03	1,08
Prestação de serviços (1)	15,79	19,04	9,58	13,50	29,53	28,80
Social	7,74	8,10	2,86	3,17	18,54	16,79
Administração pública	4,09	4,71	4,89	5,67	2,34	3,02
Outras atividades	3,14	2,67	3,06	2,59	3,32	2,62
Nenhum	1,56	1,57	1,42	1,53	1,88	1,66

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.